

Mais ação, menos desculpas



» PAULO SOLMUCCI
Presidente da Abrasel -
Associação Brasileira
de Bares e Restaurantes

Brasil viveu uma sequência de casos graves de intoxicação por metanol, substância tóxica usada na adulteração de bebidas alcoólicas. As consequências: mortes, internações e uma onda de insegurança que atingiu em cheio o setor de alimentação fora do lar, especialmente os bares e casas noturnas. Mas o problema não está nos estabelecimentos, sérios e comprometidos, e sim na ausência do Estado onde ele deveria ser mais presente: na fiscalização e no combate a quem falsifica e adultera bebidas para vender no mercado. Recentemente, duas fábricas clandestinas de bebidas adulteradas foram descobertas no estado de São Paulo. A rapidez da ação das autoridades surpreendeu. Mas ela levanta uma questão incômoda: já sabiam da existência das fábricas e nada fizeram? Ou só descobriram agora, o que prova que é possível identificar falsificações quando há foco e interesse? Qualquer que seja a resposta, fica claro que o Estado tem meios para agir, só precisa querer.

A omissão do Estado não se limita às bebidas. O caso dos cigarros eletrônicos é emblemático. A Anvisa se recusa a regulamentar o produto, e com isso empurra milhões de brasileiros para o mercado ilegal. Estima-se que cerca de 3 milhões de pessoas usam cigarros eletrônicos no país, expostas a riscos graves por conta da pirataria. A ausência de regulação cria um ambiente fértil para falsificações — e para tragédias. Não é preciso criar mais leis para punir quem adultera bebidas. O Brasil já possui um arcabouço jurídico robusto. O que falta é fiscalização eficiente para que essas leis sejam aplicadas. O papel do Legislativo não é jogar para a plateia, mas garantir que os falsificadores sejam identificados, punidos e retirados de circulação. Nos bares e restaurantes, quem consome são os amigos, os familiares dos donos e dos funcionários, além de uma comunidade de clientes valiosa em todos os sentidos. Nenhum empreendedor em sã consciência colocaria seus clientes em risco. O setor é vítima da falsificação, e não pode ser responsabilizado por aquilo que não controla. Um estudo recente da entidade Médicos Sem Fronteiras mostra que o Brasil não aparece entre os países com maior incidência de intoxicação por metanol no mundo. Isso reforça que o problema, embora grave, não é endêmico — e pode ser combatido com ações pontuais e eficazes. O que falta é coordenação e prioridade por parte das autoridades. A Abrasel tem feito sua parte. Orientamos os empreendedores do setor, promovemos boas práticas e

colaboramos com as autoridades. Mas não podemos substituir o papel do Estado. É ele quem deve garantir que produtos falsificados não cheguem ao mercado. É ele quem deve proteger o cidadão. A crise atual é um chamado à responsabilidade. Não podemos mais aceitar a lógica da omissão. O Estado precisa assumir seu papel de guardião da saúde pública, com fiscalização ativa, punição efetiva e comunicação clara com a sociedade. A transparência e o acesso à informação são fundamentais para que o cidadão saiba o que está consumindo. Neste caso específico, a falta de mensagens claras e de articulação entre os poderes na comunicação deu margem a todo tipo de especulação absurda e inverídica. Claro que as mortes trazem preocupação e causam consternação a todos, mas a maioria dos casos em investigação já foi descartada e o que se anunciava como uma grande onda de intoxicações por todo o país acabou, felizmente, se mostrando como ocorrências pontuais em algumas poucas cidades. O setor de alimentação fora do lar é parte da solução, não do problema. Somos aliados na construção de um Brasil mais seguro, mais justo e mais responsável. Mas precisamos que o Estado esteja ao nosso lado, cumprindo seu dever. Que esta crise sirva de ponto de virada. Que o poder público pare de se omitir e assuma, de uma vez por todas, a responsabilidade que lhe cabe. A vida dos brasileiros não pode depender da sorte. Tem de depender da lei, da fiscalização e do compromisso com o bem comum.

A agricultura nas Américas é motor da segurança alimentar e do crescimento econômico



» MUHAMMAD IBRAHIM
Doutor em ciências agrícolas e ambientais com especialização em pecuária e nutrição animal pela Universidade de Wageningen, nos Países Baixos

Falar de agricultura nas Américas é narrar milhares de histórias que se cruzam. A família caribenha cultivava hortaliças para abastecer sua comunidade, apesar da dependência das importações. O pequeno produtor da América Central mantém a renda com café ou cacau e preserva tradições seculares. No Cone Sul, agricultores integram lavouras, pecuária e florestas para recuperar solos. No Norte do continente, produtores investem em tecnologia de ponta para gerar alimentos, fibras e bioenergia. Trajetórias distintas, unidas por uma certeza: agricultores fortes garantem segurança alimentar e prosperidade. O mundo terá cerca de 10 bilhões de habitantes em 2050, exigindo aumento expressivo da produção — quase metade a mais do que hoje. Cabe às Américas combinar grandes exportações com mercados ainda dependentes de importações, sustentados por milhões de agricultores familiares que alimentam comunidades locais. A diversidade da região é riqueza, mas impõe desafios. Avançam cadeias mecanizadas voltadas ao comércio internacional, enquanto muitos territórios seguem sem crédito, assistência técnica, infraestrutura e acesso a mercados. Cerca de 30% das áreas agrícolas já estão degradadas. A solução não está em abrir novas fronteiras, mas em recuperar terras existentes e intensificar a produção com inteligência e tecnologia. A recuperação dos solos depende de práticas simples e eficazes. Rotação de culturas quebra ciclos de pragas e estabiliza a produtividade. Plantio direto reduz erosão e mantém cobertura vegetal. Adubos verdes devolvem nutrientes e diminuem custos, enquanto bioinsumos e manejo biológico reduzem o uso de agroquímicos. Calagem e gesso agrícola corrigem acidez e liberam nutrientes. A integração agrícola, pecuária e florestal acelera a recuperação, diversifica rendas e otimiza o uso da terra. Essas práticas já mostram resultados: plantio direto e rotação ampla na Argentina e no Brasil; cooperativas de café e cacau na América Central; hortas comunitárias e compras locais no Caribe; sistemas integrados no Cone Sul; e agricultura de precisão com bioenergia na América do Norte. O desafio está em ampliar soluções e adaptá-las a cada território. No centro dessa transformação está a agricultura familiar. Milhões de pequenas e médias propriedades colocam alimentos frescos nas mesas, sustentam a renda local e preservam paisagens culturais. Fortalecê-las requer crédito previsível, assistência técnica constante e cooperativismo capaz de ampliar escala e serviços. A agroindústria familiar agrega valor e promove a inclusão de mulheres e jovens. Quando a base produtiva se fortalece, toda a sociedade ganha em segurança alimentar, renda e coesão social. Investir no campo significa investir na prosperidade do continente. A inovação se manifesta em plataformas digitais para manejo, sensores que dosam insumos com precisão, biotecnologia de sementes mais produtivas e sistemas integrados que reúnem lavouras, pecuária e florestas. Também está presente em cooperativas fortes, alianças público-privadas, redes de extensão que aprendem com os produtores e instrumentos de crédito que recompensam ganhos sustentáveis. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) cumpre papel essencial. É espaço de encontro entre governos, produtores, pesquisadores e setor privado. Atua como agente que transforma experiências em políticas públicas, leva soluções tecnológicas ao campo e mobiliza cooperação técnica para acelerar práticas bem-sucedidas. A missão do IICA é transformar diversidade em complementaridade. O desafio é imenso, mas o caminho está definido. É hora de avançar combinando recuperação de solos, intensificação inteligente, fortalecimento da agricultura familiar, redução de perdas e inovação em toda acadeia, do campo à logística. Falar de segurança alimentar e prosperidade é falar de raízes e bases sólidas. Com agricultores no centro e cooperação adequada, as Américas estarão à altura do que o mundo espera e do que a sociedade merece.

A Carta das Mulheres para a COP 30 pode te representar



» ADRIANA VASCONCELOS
Jornalista, consultora da
Quero Você Eleita e diretora da
AV Comunicação Estratégica

Estou cada dia mais convicta de que sou uma, mas não sou só. Exatamente como canta Sued Nunes, autora da música Povoadá, que virou uma espécie de hino da Quero Você Eleita: esse laboratório de inovação política ao qual fui apresentada pela advogada e uma das cofundadoras deste laboratório, Gabriela Rollemberg. Isso, em meio à pandemia de covid-19, enquanto arregimentava apoio de mulheres da sociedade civil à candidatura Simone Tebet à Presidência do Senado, em janeiro de 2021. A primeira senadora a disputar o cargo de comando da Casa em 200 anos de história. Não demorou muito para eu virar uma das consultoras da Quero Você Eleita e me engajar no trabalho de capacitação de lideranças femininas. O universo foi conspirando a favor, abrindo portas para novas conexões, intensificadas ao longo da organização do Festival de Inovação Política: Bancada Feminina na COP 30, realizado em 7 e 8 de outubro, em Brasília, como uma reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que acontecerá em Belém, no Pará. Conseguimos unir em dois dias de painéis mulheres

das cinco regiões do país, de todas as cores, credos e opiniões, que, apesar da diversidade, mostraram-se unidas por um mesmo ideal: assegurar um planeta mais saudável, sustentável e justo, especialmente para elas próprias. Muitas com as mesmas dores, enfrentando os mesmos desafios em suas trajetórias pessoais e profissionais, sentindo a mesma angústia em determinados momentos. Cada uma com sua história, compartilhando seus aprendizados, superações e disposição para correr atrás de seus sonhos, a despeito dos obstáculos, preconceitos e machismo estrutural ainda prevalentes em nossa sociedade. Ficou muito claro o compromisso feminino com a sustentabilidade do planeta. Algo que passa, necessariamente, por um novo modelo econômico de baixo carbono, aceleração da transição energética, mas também pela redução das desigualdades e de gênero. Inúmeras portas ainda precisam ser abertas por essas mulheres, para que elas possam ter voz e influir efetivamente, sem pedir licença, nas decisões nacionais relativas a políticas públicas que possam mitigar os efeitos da crise climática. Algo que ficou evidente, aliás, ao constataremos que muitas das palestrantes do festival foram pioneiras na ocupação dos cargos conquistados. Como a deputada federal Carol Datora, primeira mulher negra eleita pelo estado do Paraná; a prefeita de Uberaba, Elisa Araújo, também a primeira mulher a comandar seu município, 200 anos depois de sua criação. Situação semelhante vivenciada pela ministra Maria Elizabeth Rocha, que contou sua trajetória até se tornar a primeira mulher a

assumir o comando do Superior Tribunal Militar. Foi exatamente essa percepção que levou as bancadas femininas da Câmara e do Senado a redefinirem sua estratégia de ação, ao constatarem que, a despeito das diferenças ideológicas e partidárias, elas tinham muito mais pontos de vista em comum do que divergentes, como reiterou a deputada Soraya Santos (PL-RJ). Ela, aliás, foi uma das artífices dessa estratégia de ação suprapartidária, que vem colhendo sucessivas vitórias nas duas Casas do Legislativo e mostrando para todos nós que há luz no fim do túnel em meio à polarização política que prevalece hoje no país. Todas e todos que participaram do festival se dispuseram a contribuir na elaboração da Carta das Mulheres para a COP 30, um texto que está sendo construído de maneira coletiva e tem como destinatário principal o embaixador André Lago, presidente da Conferência do Clima deste ano. As sugestões foram recebidas por meio deste link <https://forms.gle/Xbt5k6csti6bJkDg6> até o dia 17 de outubro e serão sistematizadas pelo Grupo Mulheres do Brasil, o maior movimento político suprapartidário do mundo, que hoje apresenta em 19 países e reunindo 140 mil mulheres.

A prioridade agora é ouvir quem está na ponta: a ribeirinha, a indígena, a preta, que mora na periferia ou na floresta, para que todas as mulheres tenham voz neste debate tão essencial para o futuro da humanidade. Que este documento jogue luz e inspire compromissos do Brasil e da comunidade internacional com um desenvolvimento sustentável o mais inclusivo possível!